



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA
PARQUE NACIONAL DA SERRA GERAL

ATA DA 46ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DOS CONSELHOS CONSULTIVOS DO
PNAS E DO PNSG, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2016.

1 Aos catorze dias do mês de março do ano de 2016, às 14 horas em segunda chamada, no
2 auditório do Parque Nacional de Aparados da Serra, atendendo convocação do Presidente dos
3 Conselhos, conforme Regimento Interno, reuniram-se os membros do Conselho Consultivo
4 listados em lista anexa para tratar da pauta descrita na convocação: 1- Discussão e
5 encaminhamentos a partir do relatório de implementação do plano de manejo dos Parques
6 Nacionais apresentado na ACP nº 5013358-89.2015.4.04.7107/RS; 2- Discussão e
7 encaminhamentos sobre Artigo 35 da Lei nº 9.985 (institui o Sistema Nacional de Unidades de
8 Conservação da Natureza); 3- Discussão e encaminhamento sobre proposta de atividade de
9 capacitação dos Conselhos Consultivos dos PNAS/PNSG. A reunião iniciou com a leitura das
10 atas das duas reuniões anteriores (junho e dezembro). Após algumas alterações, aprovados os
11 textos das duas atas. Antes de iniciar a discorrer os itens de pauta, o presidente dos Conselhos
12 Consultivos justificou a ausência da Coordenação Regional em mais esta assembleia, conforme
13 havia ficado o compromisso a partir de dezembro de 2015. Em razão disso, iniciou a reunião
14 com uma inversão de pauta, já que o terceiro item trata exclusivamente desse assunto. Houve a
15 indicação da vinda do Coordenador Regional e de mais um servidor na primeira semana de abril,
16 para aproveitar o deslocamento para as atividades no REVIS Ilha dos Lobos. Como há
17 necessidade de confirmação de viabilidade dessa atividade em um dia somente, ficou acertado
18 que o contato para confirmação seria posterior. O conselheiro Paulo Eduardo Macedo Feretti
19 (COMTUR) pediu qual seria o foco da capacitação, ao qual foi respondido que seria a resposta
20 às perguntas elaboradas ainda na reunião de junho: “01-Quem somos? 02-Que expectativas
21 temos com relação aos objetivos de conservação da UC? 03-Onde estão os conflitos dos nossos
22 interesses com os objetivos da UC? 04-Como abordar o Plano de Manejo de forma efetiva?”
23 Gerhard Overbeck (UFRGS) solicita se já existe uma data confirmada, sendo que a princípio a
24 data estava agendada com a CR9 para 7 de abril. Sr. José Brugnera (Câmara Técnica de Fomento
25 ao Turismo) sugere que as vagas sejam ampliadas para além dos conselheiros atuais, sendo que
26 há concordância para que se possa incorporar nessa capacitação, interessados em fazer parte dos
27 Conselhos, que conforme relata a presidência, já tem uma possibilidade de renovação em junho,
28 já que se completam 2 anos da última atualização. Ketulyn Fuster (SEMA/RS) sugere que sejam
29 disponibilizadas duas vagas por membro do conselho atual, e em caso de impossibilidade de
30 participação das duas pessoas, que a entidade indique a participação de outros interessados na
31 participação. Pablo Lehmann (UNISINOS) lembra de pauta sobre forma de reconhecimento para
32 as entidades membro que mais participam das reuniões, levantada em outra reunião pelo
33 conselheiro Eduardo. Eduardo (Guia Aparados) discorreu sobre a sugestão, que seria no sentido
34 de promover uma participação maior nas reuniões, que tem apresentado quórum mínimo
35 indicado em regimento. Uma das possibilidades é a alteração na composição do conselho, com
36 um maior número de vagas para o setor de turismo, que tem manifestado seu interesse na
37 participação, existindo inclusive câmara técnica que discute assuntos relacionados. Após
38 algumas discussões, a indicação é de que na renovação do conselho, se formalize o desligamento
39 das instituições que não tem comparecido, como tem acontecido em conselhos de UC's
40 estaduais, conforme lembra o Prof. Gerhard. Ketulyn e Andrews lembram da necessidade de se
41 manter a paridade dentro da composição. Silvana sugere que se faça um levantamento da
42 participação para avaliar esse interesse das instituições que são atualmente membros do



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA
PARQUE NACIONAL DA SERRA GERAL

ATA DA 46ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DOS CONSELHOS CONSULTIVOS DO
PNAS E DO PNSG, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2016.

1 Conselho. Brugnera requer que as reuniões sejam ampliadas em número, em função da
2 necessidade de acelerar algumas decisões, sendo que a indicação foi de que nesses casos se
3 buscasse a convocação de assembleias gerais extraordinárias, além de encaminhamentos via
4 grupos de trabalho e câmaras técnicas. Andrews lembra que a desmotivação para participação
5 pode estar na monopolização da fala da parte de um conselheiro, inviabilizando a ampla
6 participação e não gerando encaminhamentos e sugeriu que se estabelecesse um tempo para cada
7 pauta. Silvana sugere que na capacitação se busque essa motivação e lembra que algumas
8 entidades já não participam mais em razão de que o assunto já não é mais pauta do conselho,
9 como é o caso das indústrias/sindicato das madeiras. Outros exemplos de desinteresse são
10 citados, como o caso da UNESCO, a SANTUR/SC. Como primeiro item da pauta encaminhada, a
11 avaliação sobre o relatório apresentado pela gestão das UC's no que se refere à implementação
12 do plano de manejo das UC, objeto de ação civil pública. Após um relato sobre o histórico dessa
13 ação, suas implicações legais, bem como o que se refere no aspecto da validação da zona de
14 amortecimento, Deonir solicita manifestações dos conselheiros que receberam o relatório, sendo
15 que lembra ainda que o próprio Ministério Público Federal é que deve se manifestar a respeito do
16 relatório, já que este pode indicar a necessidade de revisão do documento. Aline Bernardo (Sec.
17 Tur. Jacinto Machado) pede qual é a posição do ICMBio a respeito da revisão do plano de
18 manejo, ao que Deonir responde que, independente da indicação do MPF no âmbito da ACP, a
19 instituição passa por dificuldades financeiras e o processo de revisão pode ser adiado por conta
20 dessa condição. Bem como, se o posicionamento da gestão da UC tem um entendimento, pode a
21 coordenação que trata do assunto, ter entendimento diferenciado, mas que o importante é que a
22 sociedade, através do Conselho Consultivo, possa se manifestar a respeito. Aline pergunta se
23 para essa revisão há necessidade de contratar uma empresa externa. O presidente informa que
24 não, que a equipe técnica da UC tem condições de conduzir a atividade e que a revisão do plano
25 de manejo tem níveis diferentes de intervenção, como é o caso de se mexer com o zoneamento
26 do parque, ou apenas na descrição de como serão implementadas as ações, o funcionamento de
27 atrativos e a forma. Alterar o zoneamento dos parques tem implicações maiores e só pode ser
28 feita através de uma equipe constituída para revisar o plano de manejo. A monitoria de ações e
29 programas pode ser feita no dia a dia da UC. Andrews argumenta que se faz necessário uma
30 reflexão sobre a real necessidade de revisão do plano, consideramos que o atual tem uma série de
31 ações não implementadas, tem zoneamento inadequado para algumas regiões e para algum
32 interesse, mas que se não for para implementar, que não se faça a revisão nesse momento, que o
33 mais importante seria implementar as ações que são agora factíveis e deixar a decisão sobre a
34 necessidade de revisão ou não, para o MPF, dentro da ACP. Silvana sugere a criação de um GT
35 que possa estudar o plano de manejo atual para entender melhor essa situação e então opinar
36 sobre a necessidade de revisão. Ketulyn exemplifica essa situação com o relato do que ocorreu
37 no âmbito do conselho da ESEC Estadual da Aratinga, que ao se propor a divulgar o conteúdo,
38 verificou que o documento estava obsoleto e indicou a necessidade de revisão para a SEMA.
39 Andrews pergunta qual a posição da gestão dos Parques Nacionais sobre a necessidade de
40 revisão, já que as ações devem ser implementadas como determina a ACP. Deonir responde
41 citando o exemplo da Hospedaria dos Pesquisadores, que prevista em um local no documento
42 atual, requer um volume de recursos não disponível para sua reforma, que inclusive é próximo



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA
PARQUE NACIONAL DA SERRA GERAL

ATA DA 46ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DOS CONSELHOS CONSULTIVOS DO
PNAS E DO PNSG, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2016.

1 do custo da construção de um prédio novo, e ao mesmo tempo, tem estruturas incorporadas
2 através de regularização fundiária que poderiam funcionar como tal, e que o impedimento legal
3 que existe, é o zoneamento proposto no plano de manejo. Andrews então cita que também
4 existem atividades de ecoturismo que ficaram de fora das ações a serem implementadas, pois na
5 época do planejamento, havia uma inexperiência do grupo que participava das reuniões para
6 entender melhor o que cada zona de manejo requer ou restringe no que diz respeito ao uso, sendo
7 que a dúvida reside principalmente no fato de revisar um plano que está como certo, onde tem
8 uma ACP com decisão transitada em julgado, por algo duvidoso, com a inserção de novas ações,
9 com o mesmo ritmo de implementação muito lento. Paulo Eduardo então solicita o
10 esclarecimento sobre a implicação da decisão do conselho sobre a tomada de decisão sobre a
11 necessidade ou não de revisão pelo Instituto, sendo que Andrews complementa questionando
12 sobre a implicação dessa decisão do conselho, sobre a decisão da Procuradoria da República
13 (MPF) sobre a indicação a ser feito no âmbito da ACP. Deonir esclarece que a decisão do
14 conselho não determina que o ICMBio proceda a revisão, assim como também, por se tratar de
15 decisão interna a ser submetida ao ICMBio, não será do conhecimento do MPF, para fins de
16 interferir na decisão deste dentro da ACP. Também esclarece que a decisão do conselho pode
17 interferir na decisão do ICMBio, quando for intimado da decisão judicial, que ainda não se sabe
18 qual será, pois nem o MPF se manifestou ainda a partir do relatório apresentado. Silvana pede
19 que se aproveite a oportunidade que está sendo colocada, de juntar diferentes olhares que possam
20 se manifestar a respeito da revisão, para que todos os interesses sobre a área protegida possam se
21 manifestar sobre esse destino turístico. Outras manifestações seguiram a respeito da necessidade
22 de se conhecer o documento atual, como funcionaria esse o grupo de trabalho e como ele seria
23 importante para a construção de um conhecimento geral que pudesse embaçar argumentos
24 quando da revisão do plano de manejo. A manifestação formal, em forma de resolução dos
25 Conselhos Consultivos dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, passa a ser
26 de: “sugerir ao ICMBio que formalize a instituição de ordem de serviço para que a equipe
27 técnica das duas UC’s, inicie processo de revisão do plano de manejo, considerando, o relatório
28 de implementação de ações e áreas estratégicas apresentado pela gestão da UC, no âmbito da
29 Ação Civil Pública que determinar a execução do plano de manejo em vigor”. Em sequência,
30 Deonir passa então ao segundo item da pauta da convocação, fazendo a leitura do Artigo 35 da
31 Lei nº 9.985 (institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza), “Os
32 recursos obtidos pelas unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral mediante a
33 cobrança de taxa de visitação e outras rendas decorrentes de arrecadação, serviços e atividades
34 da própria unidade serão aplicados de acordo com os seguintes critérios: I - até cinquenta por
35 cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na implementação, manutenção e gestão da
36 própria unidade; II - até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na
37 regularização fundiária das unidades de conservação do Grupo; III - até cinquenta por cento, e
38 não menos que quinze por cento, na implementação, manutenção e gestão de outras unidades de
39 conservação do Grupo de Proteção Integral”. Além de exemplificar como esse recurso retorna na
40 forma da lei, descreve a situação de alguns contratos, conforme também já havia feito em
41 reunião anterior da Câmara Técnica de Fomento ao Turismo. Também descreveu sobre as formas
42 de arrecadação, o fato do PNAS ser a 8ª unidade em arrecadação dentro do ICMBio, o que não



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA
PARQUE NACIONAL DA SERRA GERAL

ATA DA 46ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DOS CONSELHOS CONSULTIVOS DO
PNAS E DO PNSG, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2016.

1 garante muitas vezes que os contratos garantam o fornecimento de materiais e a prestação de
2 serviços que seriam necessários. Houve ainda uma discussão a respeito de como a associação
3 recentemente criada no destino poderia auxiliar para minimizar as dificuldades atuais, através de
4 um termo de cooperação técnica e de autorizações para comercializar produtos que possam
5 arrecadar fundos de apoio às duas UC's. Considerando que o terceiro item da pauta já fora
6 tratado no início, e não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e para
7 constar, eu, Deonir Geolvane Zimmermann, Analista Ambiental, lavrei a presente ata, que lida e
8 aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente juntamente com os Conselheiros presentes.